

RECENSÃO

DAS "CIÊNCIAS" DOCUMENTAIS À CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. ENSAIO EPISTEMOLÓGICO PARA UM NOVO MODELO CURRICULAR.

Por:
Pedro Penteado¹
ppenteado@iantt.pt

Resumo

Analisa a obra SILVA e RIBEIRO (2002), da autoria dos mais importantes teóricos portugueses da Ciência da Informação (CI), com base na reflexão produzida no país por um grupo de professores universitários em torno dos modelos de formação tradicional de bibliotecários, documentalistas e arquivistas.

A obra define conceitos fundamentais e historia o aparecimento e desenvolvimento da CI, permitindo aos autores rejeitar epistemologicamente designações como library science ou archival science e sustentar a defesa de uma perspectiva unitária e transdisciplinar de CI, com objecto e método próprios, no quadro de um novo paradigma científico e pós-custodial. Por fim, procede à abordagem das implicações formativas e profissionais das opções epistemológicas dos autores. Demonstra ainda o percurso de SILVA e RIBEIRO até chegarem a esta posição, em 2002.

¹ Direcção de Serviços de Arquivística - Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo - Portugal

A obra em referência, publicada no final de 2002, é da autoria de Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, professores da licenciatura em Ciência da Informação e do Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, responsáveis por alguns dos estudos mais significativos no domínio arquivístico, em Portugal. Ambos participaram na sua renovação teórica, principalmente a partir do manual “Arquivística. Teoria e prática de uma Ciência da Informação” (obra com vários contributos, cop. 1998) e do estudo “A avaliação em Arquivística. Reformulação teórico-prática de uma operação metodológica” (2000). Estiveram também ligados ao aparecimento da revista “Páginas A&B [Arquivos & Bibliotecas]” (1997), num período em que não havia no país nenhum periódico especializado, com actividade contínua, que pudesse publicar e incentivar a investigação nas referidas áreas. Na reflexão que conduziu à elaboração da obra participaram ainda outros docentes e profissionais das universidades de Coimbra, do Porto e do Minho.

Esta reflexão foi produzida na transição da década de 90 para o novo milénio, no âmbito da crise do modelo de formação predominante nos cursos de pós-graduação de bibliotecários, arquivistas e documentalistas existentes em Portugal. Envolvidos no esforço de pesquisar alternativas para este modelo, que consideram esgotado, os autores procuram definir o posicionamento da sua área disciplinar para, a partir daí, poderem formular novas soluções, ao nível da formação, mais próximas das actuais necessidades profissionais, de investigação e de docência. Dentro desse percurso de pesquisa, estabelecem como objectivo o aprofundamento dos fundamentos epistemológicos da Ciência da Informação (CI) e o esclarecimento de um conjunto de questões que lhe estão associadas, particularmente: Quais as implicações formativas de uma perspectiva epistemológica que conceba a informação como “fenómeno/processo gerado, transformado, difundido e transferido por diferentes suportes e modelos tecnológicos” (p. 18) ? Esta questão, que percorre toda a obra, é analisada no último capítulo, acabando uma parte considerável da sua resposta por estar na base da estruturação da Licenciatura em Ciência da Informação da Universidade do Porto, entretanto criada. Contudo, para os autores, o livro não pretende ser conclusivo, mas antes um “ponto de confluência de esforços renovadores”, espaço aberto a uma “infinidade de pistas a seguir, a testar, a eliminar e a redesenhar”, em que os leitores são convidados a participar.

A obra conta com prefácio, introdução, quatro capítulos, bibliografia e um anexo. O prefácio, da autoria do Prof. José Marques, decano do CECD da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, começa por salientar o contributo dos dois autores para a renovação da Ciência da Informação no país. Depois, sintetiza o itinerário traçado no estudo, convidando à sua leitura crítica. O contributo mais estimulante do prefaciador para o debate da formação em Portugal encontra-se na passagem em que admite que a obra “possa causar algum incómodo àqueles que,

face ao esvaziamento dos cursos tradicionais, se agarraram ao Curso de Especialização em Ciências Documentais, por vezes com retoques inexpressivos, que pouco mais vão além da alteração do nome” ou quando acusa os que sem corpo docente qualificado, se lançaram “na aventura de conceder graus de mestre e de doutor, restando-lhe sempre, como arma secreta para abastecer o potencial mercado, o conhecido recurso à atribuição de médias finais elevadas” (p. 14).

O primeiro capítulo do livro centra-se em torno da noção fundamental de informação, desenha os seus contornos e verifica se é possível estabelecer em torno dela um campo coerente e unitário de abordagem científica. Para o efeito, Silva e Ribeiro apresentam posições de diferentes autores, deslocando-se do sentido físico da informação para o sócio-cognitivo, onde assentam arraiais para distinguir informação de conhecimento, comunicação, documentação e, principalmente, proporem uma definição bastante sugestiva de informação como o “conjunto estruturado de representações mentais codificadas, (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada” (p. 37). Estas representações estruturam-se e funcionam no interior de sistemas de informação (SI) específicos, em processos complexos que têm em vista a sua construção, tratamento, comunicação e uso. Depois, partindo desta concepção, os autores enumeram e caracterizam as propriedades intrínsecas da informação, demonstrando que esta é modelada pela acção humana, que pode ser quantificada, que é reproduzível (permitindo a sua memorização), transmissível, etc., e que, como tal, pode ser conhecida cientificamente. A partir deste momento, consideram legitimada a existência de uma CI, (e não de várias), claramente dominada por uma perspectiva social e centrada no estudo “das propriedades do objecto/fenómeno [informação] e do processo em que o fenómeno se transforma quando ocorrem situações marcadas pela dinâmica sócio-comunicacional” (p. 43).

Deste modo, abrem caminho para o segundo capítulo da obra, em que apresentam algumas das condições necessárias à emergência da CI. Para o efeito, historiam os seus desenvolvimentos, demonstrando que até 1958 o termo raramente surgiu na literatura especializada, embora se possa estabelecer a origem mais remota da disciplina no final do século XIX, com os estudos de Paul Otlet e a afirmação da área que se designou por Documentação. Os autores passam então em revista diversos momentos fulcrais da história da CI, como o “salto” qualitativo da Bibliografia para a Documentação (cf. a passagem do Instituto Internacional de Bibliografia a Instituto Internacional de Documentação/Federação Internacional de Documentação, na década de 1930); a publicação do “*Traité de la documentation*”, de Otlet (1934); a criação da American Documentation Institute (1937), consagrando nos EUA a Documentação e os seus profissionais especializados na recuperação da informação científica e técnica; a “explosão da informação”, no Pós Guerra,

particularmente a de carácter científico e técnico, bem como o desenvolvimento dos sistemas automáticos de armazenamento e recuperação; o aperfeiçoamento técnico dos documentalistas com vista ao acesso rápido à informação e o seu gradual afastamento dos bibliotecários; etc. Os autores referem depois, baseados num estudo de Shera e Cleveland, a realização da International Conference on Scientific Information, que marcou a transformação da Documentação em CI (1958); o vingar desta designação nos anos 60, nos EUA, e as definições de CI das conferências do Georgia Institute of Technology (1961-1962), Taylor (1963) e, principalmente, de Borko (1968), que constitui um sólido ponto de chegada e, simultaneamente, de partida para muitos investigadores do domínio, entre os quais Silva e Ribeiro. O capítulo termina com o ponto “Um debate em aberto: Que Ciência da Informação?”, onde os autores, sem pretensões de exaustividade, entrecruzam as perspectivas de diversos estudiosos com os seus próprios comentários, concluindo que há, fundamentalmente, duas posições de base sobre o assunto. A primeira, para a qual remete, por exemplo, Marcia Bates, preconiza um destino metacientífico para a CI, em que esta está acima de todas as ciências, porque a todas diz respeito. A segunda, proposta, entre outros, por Bertram Brookes, defende que a CI “possui a identidade de uma só disciplina” (p. 65), com o seu território, problemas, princípios e técnicas, posição com a qual os autores se identificam.

Nesta bifurcação, a adopção deste caminho torna-se decisivo para a economia da obra, e é a partir dele que Silva e Ribeiro desenham o terceiro capítulo. Nele começam por rejeitar epistemologicamente designações como *library science* ou *archival science*, “por estas constituírem aplicações ou especificações técnico-práticas ínsitas a um «território» uno e identificável como tal – a Ciência da Informação” (p. 80), unido pelo objecto - informação social -, definido na sua dupla faceta de fenómeno e processo, já referida. Nesta perspectiva, a CI deixa de ser o somatório de disciplinas que operam entre si (interdisciplina) ou em conjunto (multidisciplina) para se assumir como um campo fundamentalmente transdisciplinar, com objecto e método próprios, ainda que em relação com outros domínios científicos complementares, aspecto que é sintetizado de forma excelente no diagrama da fig. 1 (p. 80), que corrige e aprofunda o célebre esquema da flor, de Yves Le Coadic (*La Science de l'information*. 2.^a ed., Paris, 1997, p. 28).

Para os autores, a existência de um campo próprio, assim configurado, deve ainda ser entendida no quadro de um novo paradigma científico e pós-custodial (explorado já, no que diz respeito à Arquivística, no manual de 1999, p. 210), em oposição ao paradigma técnico e custodial, associado a uma visão historicista e patrimonialista, que endeusava o documento. Do ponto de vista teórico, esta perspectiva da CI encontra-se ainda “linkada” à teoria sistémica e, metodologicamente, ao método quadripolar, elaborado por Paul de Bruyne e outros em 1974, baseado em quatro pólos – epistemológico, teórico, técnico e morfológico, que intervêm na elaboração do conhecimento científico da área. Este método, já adaptado pelos autores no que concerne ao domínio arquivístico,

é agora alargado a toda a CI, apresentando-se alguns exemplos da sua aplicação, nomeadamente no chamado pólo técnico, onde integram operações como a classificação, a indexação ou a descrição. Por último, de forma exploratória, incluem algumas teorias que podem surgir no pólo respectivo e que têm influenciado os modos de pensar o fenómeno/processo informacional – como o estruturalismo ou a teoria sistémica, adoptada e preferida pelos autores já em anteriores trabalhos. O capítulo termina com um conjunto de itens em que a investigação em CI pode ser desenvolvida, demonstrando que a procura de um modelo formativo não pode deixar de os equacionar e ligar com a prática pedagógica e profissional. Na dimensão interna, apresentam-se linhas de investigação fundamental e aplicacional. No caso da investigação fundamental incluem-se propostas estimulantes como a de levar mais longe o debate em curso no domínio epistemológico, reequacionar a problemática das especificidades dos documentos de arquivo e de biblioteca ou a distinção entre informação e comunicação, etc. No caso da investigação aplicacional são referenciados os estudos sobre as manifestações da informação em espaços, tempos e entidades concretas. Por último, na dimensão externa, são sugeridas algumas formas de estudos comparativos e parcerias entre diversos tipos de profissionais da área da Informação, de que são exemplos os estudos ao nível terminológico ou no sector da difusão, sobre a produção de eventos culturais em bibliotecas, arquivos e museus.

O último capítulo é dedicado, como já referimos, à abordagem das implicações formativas e profissionais das opções epistemológicas dos autores. Para o efeito, começam por fazer uma retrospectiva dos modelos de formação, na área arquivística, biblioteconómica e, dos anos 50 em diante, da CI. De seguida, passam em revista a progressiva e difícil integração da Arquivística nas escolas de Biblioteconomia e de CI, concretizada (parcialmente) sobretudo a partir dos anos 80 e o emergir da corrente defensora da autonomização disciplinar da Arquivística e da sua formação, a partir do final da mesma década. Concluem depois, com base num estudo empreendido por Carol Couture, que se podem identificar várias tendências da formação, “umas mais dirigidas para a especialização – sinónimo da procura da identidade da Arquivística -, outras mais favoráveis à integração em cursos de Ciência(s) de Informação”

(p. 140), associando a primeira situação, entre outros, aos interesses corporativistas das associações profissionais em muitos países. Num segundo momento, Silva e Ribeiro analisam o caso português, desde 1887 até aos CECD's, criados em meados da década de 1980, e aos debates universitários e associativos com vista à sua reformulação ou renovação. Os autores prosseguem depois com a definição da parte curricular do modelo formativo inter e transdisciplinar que propõem, com base na sua reflexão epistemológica, apresentando uma área científica nuclear em torno da CI (onde se joga de modo mais evidente a transdisciplinariedade) e uma outra complementar, com Informática e Computação, diversas disciplinas das Ciências Sociais e Humanas

e das Ciências Naturais, etc. Entre a área nuclear incluem-se as “cadeiras” que “atentam nas especificidades dos diversos tipos de sistemas de informação (arquivos, bibliotecas ou sistemas tecnológicos de armazenamento e recuperação da informação), direccionadas, por isso, para as componentes da própria C. I.” (p. 151). A proposta refere-se sobretudo a uma formação ao nível de licenciatura, embora os autores pretendam futuramente aprofundá-la para pós-graduações e outros graus de ensino ou vertentes de investigação. Em anexo, incluem o plano de estudos da recente licenciatura em Ciência da Informação, ministrada pelas faculdades de Letras e de Engenharia da Universidade do Porto (UP), com base na perspectiva que defendem.

O capítulo termina com uma definição do perfil que deve ter o actual profissional da área. Para Silva e Ribeiro, a perspectiva unitária da CI “liquida” o profissional clássico, “criado e concebido para guardar e servir documentos”, aspecto mais evidente no que se refere aos arquivos, tanto históricos como “administrativos”. Ao invés, concebem um profissional da informação mais híbrido, que, entre outros requisitos, consiga compreender a informação social implicada nos processos de gestão das entidades organizacionais, através de modelos teóricocientíficos. Afirmam-se assim contra qualquer proposta que assente na “sobrevalorização da custódia/guarda, conservação e restauro do suporte como função basilar da actividade profissional de arquivistas, bibliotecários e museólogos” ou na distinção formal e profissional destes (p. 153), que ainda sobrevive, enquadrado por um paradigma custodial, de cariz patrimonialista.

“Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação” apresenta-se como um produto amadurecido, baseada numa reflexão séria, uma obra coerente, de conteúdos inovadores a nível nacional e internacional, merecedores da maior atenção dos especialistas. Contudo, é preciso afirmá-lo, trata-se de uma perspectiva que, como os próprios autores reconhecem, não esgota a realidade actual do debate, havendo todo um espaço de problematização ainda por desbravar. Por exemplo: Que modelo de formação está (ou deverá estar) associado a uma perspectiva epistemológica da CI que não seja unitária? Qual o lugar que esta perspectiva pode ainda ter numa sociedade em que as tecnologias da informação estão a transformar a profissão e a determinar os seus contornos? Num quadro destes, deixa de fazer sentido a existência de arquivistas, bibliotecários e especialistas de SI tecnológicos, em vez de “profissionais da informação”, ou é possível prepará-los de uma forma ainda mais integrada e completa para enfrentar os desafios constantes da Sociedade da Informação ?

A posição de Silva e Ribeiro é sobejamente conhecida. Agora era importante que a obra pudesse dar lugar a um debate aprofundado, entre nós, podendo a BAD, eventualmente em parceria, protagonizar um processo deste tipo, como sugerimos junto da sua Comissão de Formação. Na verdade, nos últimos tempos, Portugal está claramente repartido entre modelos formativos, bastando comparar a preparação dos alunos dos CECD's tradicionais e os da nova

licenciatura da UP, ou a concepção que está por detrás desta e a que suporta os cursos de nível médio para técnicos de biblioteca e arquivo. Num país que parece gostar de soluções fáceis “de cola e tesoura”, espera-se que os responsáveis das instituições de ensino na área continuem esta reflexão, averiguando se confirmam o modelo dos autores ou se se encaminham para leituras diferentes.

No que diz respeito à abordagem do problema central na obra, deixamos ainda algumas observações e interrogações, esperando que possam ter alguma utilidade para um futuro aprofundamento de conteúdos, e na expectativa que o livro possa vir a atingir um público ainda mais vasto, que o compreenda, e de onde possam emergir os agentes da renovação pretendida pelos autores. Assim, a nossa primeira observação, mais geral, vai para a forma de expor a problemática teórica que, por vezes, poderia ser menos complexa e menos hermética, apresentada de forma mais pedagógica, de modo a atingir todos os interessados pela temática, principalmente os estudantes, futuros profissionais da informação. No nosso entender, as posições teóricas dos diferentes autores aparecem por vezes muito misturadas com as dos responsáveis do livro, ou entrecruzadas com comentários pertinentes mas que poderiam passar para outro item, obrigando a releituras frequentes dos textos, para se poderem compreender bem. Isso é notório no capítulo 2, ponto 2, já de si bastante denso. Que vantagens não teria a apresentação, de forma sequencial, de um pouco mais da história da CI, para além de 1968, demonstrando as diferentes posições e tendências epistemológicas, contextualizando-as, antes de as desmontar? Quantos profissionais portugueses sabem em que correntes de pensamento se integram Rafael Capurro ou Gernot Wersig ? Deste ponto de vista, a obra não teria ganho em sistematizar melhor as perspectivas epistemológicas mais recentes ? Seria interessante entender, por exemplo, se os autores se aproximam ou distanciam da visão de Peter Ingwersen, que caracteriza as abordagens científicas da CI nas últimas décadas em racionalista, cognitiva, sociológica e hermenêutica. No mesmo sentido, pensamos que valeria a pena explorar de modo mais sistemático uma abordagem tão importante como a cognitivista, (que aparece repartida pela obra), bem como alguns dos seus pensadores mais importantes (Brookes, Belkin, Ingwersen, Hjørland ou Dervin).

Para além destes aspectos, achamos que os autores teriam dado um bom contributo à compreensão do seu pensamento se nos explicitassem mais o raciocínio e os critérios que os levaram a determinadas opções. Por exemplo, as propriedades da informação apresentadas no capítulo I, que mereciam ainda uma comparação crítica com outras posições sobre o assunto. Do mesmo modo, seria interessante dispor de algumas notas sobre a evolução da sua perspectiva dos problemas abordados. No manual de Arquivística de 1999, (p. 211), esta é definida como “uma ciência da informação social que estuda o arquivo enquanto sistema (semi-)fechado...”, posição epistemológica que é substancialmente diferente da assumida na obra em revisão, em que é

perspectivada como aplicação ou especificação teórico-prática da CI (p. 79). O que contribuiu para esta mudança?

Gostaríamos ainda de referir alguns aspectos sobre a bibliografia da obra, onde se apresentam os principais estudos que serviram de base à sua construção. O primeiro, o da ausência de alguns trabalhos importantes de autores já referidos. Peter Ingwersen é um exemplo, nomeadamente o seu artigo “Information and Information Science”, publicado na obra de referência *Encyclopedia of library and information science*. cremos que não se pode deixar de relacionar esta questão com um segundo aspecto: quem produz, em Portugal, nesta área, depara-se frequentemente com a ausência de muitas das principais obras e publicações periódicas do domínio da CI, que não se encontram nas nossas bibliotecas, inclusive nas das universidades onde se leccionam os cursos. Esta situação, entre muitas outras, não pode deixar de ser referenciada quando se abordam os modelos de formação, (que não se resumem ao *curriculum* dos cursos). A alteração da situação actual passa também por investimentos a este nível. Porque não pensar em realizar colectâneas dos principais artigos na área, devidamente traduzidos, ou na passagem à língua portuguesa de algumas das obras mais marcantes? É certo que, em termos de acesso a este tipo de fontes, temos hoje ao nosso alcance as múltiplas possibilidades oferecidas pela Internet. Mas talvez, por isso mesmo, fosse interessante que os autores nos tivessem oferecido um conjunto de informações adicionais, remetendo-nos, por exemplo, para *sítes* e endereços como <http://www.personal.kent.edu/~tfroehli/sighfis/hist.html>, do grupo de discussão em história da CI, da American Society for Information Science, ou para o *site* de Michael Buckland, com textos importantes sobre esta temática. Da mesma forma, teria sido bastante útil para os leitores se à frente de determinadas referências bibliográficas tivessem sido indicados os *sítes* que publicam os textos ou materiais relacionados. Por exemplo, o artigo de Marcia Bates, “The invisible substrate of Information Science”, citado amiúde na obra, possui uma versão de acesso livre em <http://www.gseis.ucla.edu/faculty/bates/substrate.html>, o que constitui uma informação relevante para todos os que não possuem meios de aceder ao Journal of the American Society for Information Science, onde ele foi publicado. São pequenos aspectos, mas que podem potenciar o uso de um estudo como este, que é, sem dúvida alguma, uma dos mais marcantes no domínio da CI, em Portugal.

Uma última nota para chamar a atenção para um facto que não pode passar despercebido: a reflexão associada à produção da obra teve origem no esforço de renovação de uma área marginal(izada): a Arquivística. Pode mesmo afirmar-se que se trata de um dos poucos casos conhecidos, a nível internacional, em que uma reflexão iniciada no domínio arquivístico soube propor a sua integração na Ciência da Informação e chegou ao ponto de fornecer contributos

relevantes para a renovação epistemológica desta última. Mais um motivo para termos orgulho da obra em análise, claramente de leitura obrigatória.